

Entrevista — MELILLO DINIS / Advogado e diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no Brasil

Venezuela: “Autocracia plena”

Ana Maria Campos

Em meio a uma crise internacional provocada pela total falta de credibilidade nas eleições da Venezuela, o presidente Lula vem sendo pressionado a se manifestar mais incisivamente em defesa da democracia e dos direitos humanos no país vizinho. Para o advogado Melillo Dinis, analista de conjuntura e diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no Brasil, Lula não pode agir com o “coração” e como líder político. Precisa adotar uma postura de presidente da República diante de um cenário que não tem saída, sem um esforço de diplomacia e pressão internacional.

Para Melillo, que acompanha os desdobramentos do chavismo até as eleições de 2028, não é mais o momento de cobrar as atas que atestariam o vitorioso nas urnas. Nesse momento, qualquer documento apresentado em meio ao conflito no país pode estar contaminado pelo embate entre Maduro e seu opositor, Edmundo Gonzalez, que se autoproclama presidente eleito. O momento, na visão de Melillo, é de condução de uma saída liderada por vizinhos, como o Brasil. Ele teme que um acirramento das sanções econômicas dos Estados Unidos e da Europa acabem por jogar a Venezuela ainda mais no colo do autoritarismo.

Como avalia a posição do presidente Lula em relação às eleições na Venezuela?

As últimas eleições na Venezuela finalizaram, definitivamente, o processo de conversão do autoritarismo eleitoral chavista para a autocracia plena. Desde 2015, quando perdeu a maioria legislativa, Nicolás Maduro vem numa escalada de atos autoritários. Há uma terrível crise política e humanitária dos nossos vizinhos. Destaco os números da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de abril de 2024, que apontam que, em todo o mundo, há cerca de 7,7 milhões de venezuelanos refugiados e migrantes, sendo que 6,6 milhões vivem nos países da América Latina e do Caribe. No Brasil, são quase 600 mil venezuelanos que chegaram aqui após os governos Chávez e Maduro. A falta de divulgação das atas das eleições de 28 de julho é o reconhecimento de que apresentá-las é a prova de que se cometeu uma fraude. Muito provavelmente, sem que haja um recrudescimento das tensões internas, de um lado, e doutro, pressão internacional para além das notas públicas e

Arquivo Pessoal



“A falta de divulgação das atas das eleições de 28 de julho é o reconhecimento de que apresentá-las é a prova de que se cometeu uma fraude. Muito provavelmente, sem que haja um recrudescimento das tensões internas, de um lado, e doutro, pressão internacional para além das notas públicas e comunicados das chancelarias, muito dificilmente o regime autocrático de Maduro cairá em pouco tempo”

comunicados das chancelarias, muito dificilmente o regime autocrático de Maduro cairá em pouco tempo. Assentado em uma governança muito fraca, seu governo está enredado em alta criminalidade, envolvido com as redes de narcotráfico, de corrupção e de crimes socioambientais. Um exemplo é que o setor de mineração (legal e ilegal) foi transferido para as redes dominadas por militares e paramilitares. Há muito os crimes políticos, como o extermínio dos opositores, o controle da imprensa e as teorias da conspiração, demonstram que esse buraco venezuelano ainda vai se aprofundar antes de uma solução que

respeite a democracia, os direitos humanos e as instituições. Nesse contexto, Lula está em uma enorme encruzilhada, tanto interna quanto no campo das relações internacionais. A situação da Venezuela é uma questão de geopolítica continental, mas também amazônica e um reflexo da Guerra Fria 2.0 a que estamos submetidos, na tensão entre os EUA e o bloco China-Rússia. Como chefe de Estado, Lula não pode adotar uma posição apenas decorrente de seus laços históricos com o chavismo. Lula não tem liberdade para adotar os caminhos de seu coração. Ele é o maior dirigente de um setor da política brasileira

e um líder regional. Entretanto, não pode escapar de seu papel institucional como presidente da República. E, no contexto diplomático, o Brasil e outros países têm uma enorme responsabilidade, que se aprofundou com o Acordo de Barbados, em 2023, e que foi solenemente ignorado por Maduro em 2024.

O presidente Lula recebeu uma carta com apelo de 30 ex-presidentes para que condene o que chamam de fraude eleitoral na Venezuela conduzida por Maduro. Por que a posição de Lula é tão importante?

A posição de Lula é fundamental e importante pela sua trajetória e pelo peso que o Brasil possui nesta conjuntura. Em 2023, já sob Lula, o Brasil apostou num processo de diálogo entre as forças políticas venezuelanas com vistas à suspensão de todas as sanções internacionais e à realização de eleições livres, competitivas e transparentes. Deu errado pelas razões internas da política venezuelana, e pela ingenuidade de que Maduro apearia do poder apenas com um resultado eleitoral, qualquer que fosse, como se tem visto nesta semana. Assim, a pressão dos líderes políticos espanhóis e latino-americanos é um apelo correto, no que se refere à farsa eleitoral que mantém Maduro no poder. Contudo, por mais que haja um acerto na medida da crítica, a solução para o Brasil não pode ser adotar a mesma posição que os signatários, pois no caso dele há a necessidade de pensar nas relações com o Brasil em um contexto internacional. Desde 2008 que as sanções internacionais dos EUA, do Canadá e na União Europeia delimitam as suas relações com a Venezuela. Não resolveu. O regime aumentou a brutalidade, o envolvimento com o narcotráfico e o crime internacional. A China, em um movimento oposto, passou a financiar a Venezuela com investimentos substanciais. Da mesma forma, a Bielorrússia, a Turquia, Cuba e a Rússia têm estado presentes em uma série de relações financeiras, econômicas, militares e tecnológicas. No caso brasileiro, além das fronteiras, dos migrantes, dos povos e territórios indígenas e dos refugiados, e da questão Essequibo, há interesses comuns, como a compra de energia e o pagamento das dívidas contraídas anteriormente, muitas sob os governos Lula 1 e Lula 2. Seria um erro tático ignorar esses fatos apenas para responder à bolha da polarização brasileira e aos ex-presidentes que clamam para que Lula adote uma posição mais dura. Isolar Maduro neste